



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0000791-90.2018.8.26.0566 - 2018/000202**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal (Violência Doméstica Contra a Mulher)**
 Documento de Origem: **IP, BO - 771/2017 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos, 1221/2017 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Réu: **LUCIMARO LUIZ DA SILVA**
 Data da Audiência: **14/08/2018**

Réu Preso
 Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **LUCIMARO LUIZ DA SILVA**, realizada no dia 14 de agosto de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Em seguida, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas a vítima **ESTER ROSA SALES** e a testemunha **LARISSA APARECIDA PRAXEDES DE OLIVEIRA**, sendo realizado o interrogatório do acusado (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). Com base no artigo 217 do CPP foi determinada a saída do réu da sala de audiências durante os depoimentos da vítima Éster e da testemunha Larissa. Após, não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

havendo outras provas a serem produzidas, o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais, os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. LUCIMARO LUIZ DA SILVA**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 129, §9º do Código Penal, art. 147, c.c art. 61, II, 'f', por duas vezes, e artigo 150, caput, na forma do art. 69, caput e pertencentes ao Código Penal. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, com fixação de pena no mínimo legal e regime inicial aberto. A defesa requereu fixação da pena no mínimo, com regime aberto e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. **É o relatório. DECIDO.** O acusado confessou em juízo a prática dos fatos narrados na denúncia. Os demais elementos de convicção que constam do processo confirmam amplamente a confissão, atendendo ao disposto ao artigo 197, do CPP. Procede a acusação. Passo a fixar as penas. Para o primeiro fato narrado na denúncia, fixo a pena base no mínimo legal de 03 meses de detenção, pelo crime de lesões corporais; e 10 dias-multa pelo crime de ameaça. Para o segundo fato narrado na denúncia, fixo a pena em 10 dias-multa, em razão do crime de ameaça. Para o terceiro fato narrado na denúncia, fixo a pena base em 10 dias-multa. Com base no artigo 33, § 2º, c, do CP e Súmulas 718 e 719 do STF, o acusado deverá iniciar o cumprimento da medida em regime aberto. Com base nos artigos 43 e 44 do C.P., substituo a pena privativa de liberdade por 03 meses de prestação de serviços à comunidade. Para o caso de conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, desde já autorizo o “*sursis*” pelo prazo de dois anos. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. **Em razão do regime fixado, revogo a prisão preventiva, expedindo-se alvará de soltura.** Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **LUCIMARO LUIZ DA SILVA** à pena de 03 meses de prestação de serviços à comunidade e 30 dias-multa, por infração ao artigo 129, §9º do Código Penal, art. 147, c.c art. 61, II, 'f', por duas vezes, e artigo 150, caput, na forma do art. 69, caput e pertencentes ao Código Penal. **Declaro extinta a pena privativa de liberdade, tendo em vista o tempo**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

cumprido de prisão cautelar. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão. Revogo a medida protetiva concedida no apenso.** **Anote-se. Comunique-se o IIRGD, se necessário, via e-mail na medida protetiva.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: